

**SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2019 e  
Relatório dos Auditores Independentes*

# Conteúdo

	<b>Pág.</b>
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balancos patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 21

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da  
**SANTA CASA “ANNA CINTRA”**  
Amparo - SP

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

A Entidade está reconhecendo as despesas com depreciações apenas dos itens reavaliados e dos bens adquiridos a partir de 2004, conseqüentemente não foi possível determinar se os ajustes das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade, conforme nota nº 2 em 31 de dezembro de 2019 a Entidade apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 6.048.039 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 6.025.066, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.



CNPJ 43.464.197-0001-22  
Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº1.131/85  
Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº1.171  
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº16.595 de 04/02/61  
Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº435 de 25/08/62

## **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

### **Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		1.514.803	13.157
Aplicações financeiras – sem restrição	4	537.143	28.487
Aplicações financeiras – com restrição	3	798.054	767.074
Contas a receber	5	919.709	861.642
Repasses médicos	11	1.322.021	1.190.875
Estoques		372.418	363.517
Depósitos judiciais		177.747	70.684
Outros ativos circulantes		134.306	163.317
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>5.776.201</u></b>	<b><u>3.458.753</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado com restrição	7	2.925.089	2.684.006
Imobilizado sem restrição	6	6.977.611	6.967.524
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>9.902.700</u></b>	<b><u>9.651.530</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>15.678.901</u></b>	<b><u>13.110.283</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
Em Reais**

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	8	2.240.641	1.271.420
Obrigações sociais	9	1.600.380	1.081.850
Obrigações fiscais		321.323	152.941
Repasses para terceiros	10	3.530.930	3.633.352
Provisão de férias e encargos		1.138.023	986.300
Empréstimos e financiamentos	12	1.036.117	930.000
Contingências a pagar		-	25.230
Parcelamento de tributos	13	120.902	-
Receitas diferidas	14	424.669	391.847
Projetos a executar	15	573.590	328.055
Adiantamentos de clientes		810.934	810.943
Outros passivos circulantes		26.731	36.908
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>11.824.240</b>	<b>9.648.846</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contingências a pagar	16	3.544.014	3.679.844
Empréstimos e financiamentos	12	5.251.112	2.790.000
Receitas diferidas	14	1.262.250	1.381.769
Parcelamento de tributos	13	387.680	-
Outros passivos não circulantes		27.274	26.124
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>10.472.330</b>	<b>7.877.737</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Patrimônio líquido		(6.617.669)	(4.416.300)
<b>Total do patrimônio líquido/Passivo a descoberto</b>		<b>(6.617.669)</b>	<b>(4.416.300)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.678.901</b>	<b>13.110.283</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



CNPJ 43.464.197-0001-22  
 Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
 Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº1.131/85  
 Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº1.171  
 Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
 Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº16.595 de 04/02/61  
 Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº435 de 25/08/62

## **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

### **Demonstração do Resultado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais**

<b>RECEITAS</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita convênio SUS		2.531.276	1.917.424
Receita convênio e particulares		8.389.378	8.593.728
Receita de aluguéis		116.181	111.612
Receita do IAC		1.410.394	1.410.393
Receita contratualização SUS		558.587	558.587
Outras receitas		329.989	574.360
Trabalho voluntário	19	267.182	514.315
Contas não recebidas		(46.506)	(200.243)
<b>Total das receitas</b>		<b>13.556.481</b>	<b>13.480.176</b>
<b>DESPESAS</b>			
Salários e encargos		(9.677.587)	(9.872.191)
Repasse diversos		(969.572)	(1.005.989)
Medicamentos e materiais		(2.176.444)	(2.482.164)
Materiais de consumo e outros		(1.170.586)	(1.209.450)
Administrativas e gerais		(2.841.531)	(2.517.693)
Trabalho voluntário	19	(267.182)	(514.315)
Reversão/(constituição) de provisão líquido		334.823	170.718
Tributárias		(2.224)	(23.426)
Financeiras		(1.491.032)	(668.746)
<b>Total das despesas</b>		<b>(18.261.335)</b>	<b>(18.123.256)</b>
<b>Déficit operacional</b>		<b>(4.704.854)</b>	<b>(4.643.080)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Receita de subvenções e doações	17	5.444.752	3.755.993
Receita de subvenções – repasses médicos	18	5.142.959	6.142.954
Despesas repasses médicos e ambulatório		(8.223.849)	(8.645.147)
Receitas financeiras		37.657	78.220
Contribuição solidariedade		69.298	64.559
Campanha empresa amiga Santa Casa		40.690	55.557
Outras receitas/(despesas) operacionais		75.397	15.362
<b>Total das receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>2.586.904</b>	<b>1.467.498</b>
<b>Superávit/(déficit) do exercício</b>		<b>(2.117.950)</b>	<b>(3.175.582)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
 Em Reais**

	<u>Fundo Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Doações e Subvenções Patrimoniais</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>(6.024.632)</b>	-	<b>3.255.324</b>	<b>1.680.642</b>	-	<b>(1.088.666)</b>
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(40.182)	40.182	-
Transferência para Fundo Social	40.182	-	-	-	(40.182)	-
Superávit / (déficit) do exercício	-	-	-	-	(3.175.582)	(3.175.582)
Transferência superávit/déficit sem restrição	(3.175.582)	-	-	-	3.175.582	-
Devolução Governo Federal	-	-	(152.031)	-	-	(152.031)
Baixa Patrimonial	-	-	(21)	-	-	(21)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>(9.160.032)</b>	-	<b>3.103.272</b>	<b>1.640.460</b>	-	<b>(4.416.300)</b>
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(40.182)	40.182	-
Transferência para Fundo Social	40.182	-	-	-	(40.182)	-
Superávit / (déficit) do exercício	-	-	-	-	(2.117.950)	(2.117.950)
Transferência superávit/déficit sem restrição	(2.117.950)	-	-	-	2.117.950	-
Devolução Governo Federal	-	-	(77.395)	-	-	(77.395)
Baixa Patrimonial	-	-	(6.024)	-	-	(6.024)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>(11.237.800)</b>	-	<b>3.019.853</b>	<b>1.600.278</b>	-	<b>(6.617.669)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



CNPJ 43.464.197-0001-22  
 Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
 Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº1.131/85  
 Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº1.171  
 Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
 Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº16.595 de 04/02/61  
 Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº435 de 25/08/62

## **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

### **Demonstração do Fluxo de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superávit (déficit) do período</b>	<b>(2.117.950)</b>	<b>(3.175.582)</b>
<b>Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	438.071	361.467
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	(9.548)	(29.132)
Baixa Patrimonial	(6.024)	(21)
Reversão/(constituição) de contingências	(161.060)	(171.459)
<b>Redução (aumento) do ativo</b>		
Aplicações financeiras	(539.636)	1.167.155
Contas a receber – líquido de provisão	(58.067)	408.148
Estoques	(8.901)	70.965
Outros ativos	(209.198)	(585.227)
<b>Aumento (redução) do passivo</b>		
Fornecedores	969.221	292.193
Obrigações sociais e fiscais	686.912	484.024
Repasses	(102.422)	1.855.228
Receitas diferidas	(86.697)	(391.847)
Projetos a executar	245.535	53.680
Provisão de férias	151.723	(81.736)
Outros passivos	499.546	732.353
<b>Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais</b>	<b><u>(307.835)</u></b>	<b><u>990.209</u></b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(680.323)	(12.251)
Devolução Governo Federal	(77.395)	(152.031)
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos</b>	<b><u>(757.718)</u></b>	<b><u>(164.282)</u></b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	6.287.229	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.720.000)	(930.000)
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos</b>	<b><u>2.567.229</u></b>	<b><u>(930.000)</u></b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>1.501.646</b>	<b>(104.073)</b>
Caixa e equivalentes no início do período	13.157	117.230
Caixa e equivalentes no fim do período	1.514.803	13.157
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>1.501.646</b>	<b>(104.073)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



CNPJ 43.464.197-0001-22  
Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº 1.131/85  
Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº 1.171  
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº 16.595 de 04/02/61  
Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº 435 de 25/08/62

## **SANTA CASA “ANNA CINTRA”**

### **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais**

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A entidade é uma sociedade civil de natureza filantrópica, sem fins lucrativos e tem como objetivo: manter, administrar e desenvolver o Hospital “Anna Cintra”, bem como outros estabelecimentos que venha a criar, instalar, adquirir ou receber e dispensar assistência médico-hospitalar a enfermos e acidentados, gratuitamente ou não.

#### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 6.617.669 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 6.048.039, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

Foi publicado o Decreto de Intervenção número 5.891 em 09 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Intervenção junto a Santa Casa Anna Cintra e dá outras providências. Intervenção Municipal a partir de 12 de novembro de 2018.

#### **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

##### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.



CNPJ 43.464.197-0001-22  
Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº1.131/85  
Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº1.171  
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº16.595 de 04/02/61  
Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº435 de 25/08/62

## **b) Apuração das receitas e despesas do exercício**

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

## **c) Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

## **d) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

## **e) Ativos circulantes e não circulantes**

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

### **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço.

### **Contas a receber**

Os valores a receber, são contabilizados pelo regime de competência, deduzidas das perdas efetivadas.

### **Estoques**

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

### **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa.



CNPJ 43.464.197-0001-22  
Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº 1.131/85  
Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº 1.171  
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº 16.595 de 04/02/61  
Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº 435 de 25/08/62

### **Redução ao valor recuperável**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2019.

### **f) Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### **g) Gratuidades e Assistência Social**

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

### **h) Doações**

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

### **i) Aplicação de recursos**

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

## **3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – COM RESTRIÇÃO**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Aplicações vinculadas – Verbas públicas	798.054	767.074
<b>Total</b>	<b>798.054</b>	<b>767.074</b>

## **4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Aplicações não vinculadas	537.143	28.487
<b>Total</b>	<b>537.143</b>	<b>28.487</b>

## 5. CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Convênio SUS	312.096	274.286
Demais convênios	607.613	587.356
<b>Total</b>	<b>919.709</b>	<b>861.642</b>
Provisão estimativa p/ créditos de liquidação duvidosa	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>919.709</b>	<b>861.642</b>

## 6. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - SEM RESTRIÇÃO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2018</u>				<u>31.12.2019</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b><u>Custo</u></b>						
Terrenos	-	1.400.000				1.400.000
Edificações	4	2.602.879				2.602.879
Benfeitorias	-	578.745	120.662	(832)	-	698.575
Construções em andamento	-	397.538				397.538
Móveis, utensílios e máquinas	10	1.734.435	113.725	(9.773)	-	1.838.387
Veículos	20	34.590				34.590
Instrumentos de medicina	10	189.580				189.580
Aparelhos de medicina e cirurgia	10	2.729.805	445.936	(12.847)	(328.216)	2.834.678
Construções em and.Hosp.Novo		211.532				211.532
		<b>9.879.104</b>	<b>680.323</b>	<b>(23.452)</b>	<b>(328.216)</b>	<b>10.207.759</b>
<b><u>Depreciação Acumulada</u></b>						
Edificações		(1.042.211)	(129.474)	29.153	-	(1.142.532)
Móveis, utensílios e máquinas		(721.390)	(149.415)	3.847	-	(866.958)
Veículos		(34.590)	-	-	-	(34.590)
Aparelhos de medicina e cirurgia		(1.113.389)	(72.679)	-	-	(1.186.068)
<b>Total</b>		<b>(2.911.580)</b>	<b>(351.568)</b>	<b>33.000</b>	<b>-</b>	<b>(3.230.148)</b>
<b>Total</b>		<b>6.967.524</b>	<b>328.755</b>	<b>9.548</b>	<b>(328.216)</b>	<b>6.977.611</b>

## 7. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - COM RESTRIÇÃO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual</u> %	<u>Saldo</u>			<u>Transf.</u> R\$	<u>Saldo</u>
		<u>31.12.2018</u> R\$	<u>Adições</u> R\$	<u>Baixas</u> R\$		<u>31.12.2019</u> R\$
<b><u>Custo</u></b>						
Móveis, utensílios e máquinas	10	1.225.602				1.225.602
Aparelhos de medicina e cirurgia	10	2.723.843		-	328.216	3.052.059
		<b>3.949.445</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>328.216</b>	<b>4.277.661</b>
<b><u>Depreciação Acumulada</u></b>						
Móveis, utensílios e máquinas		(500.668)	(22.365)	-	-	(523.033)
Aparelhos de medicina e cirurgia		(764.771)	(64.768)	-	-	(829.539)
<b>Total</b>		<b>(1.265.439)</b>	<b>(87.133)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.352.572)</b>
<b>Total</b>		<b>2.684.006</b>	<b>(87.133)</b>	<b>-</b>	<b>328.216</b>	<b>2.925.089</b>

## 8. FORNECEDORES

Ocorreu aumento na rubrica “fornecedores” em relação a 2018 devido a Entidade não conseguir efetuar os pagamentos de valores referentes: energia elétrica, água, ambulância uti, e protestos efetuados por fornecedores.

## 9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2019	2018
Salários a pagar	506.518	442.829
Rescisões a pagar	300.000	419.521
INSS a recolher	213.389	130.363
FGTS a recolher	497.242	71.822
PIS a recolher	12.928	5.972
Mensalidade sindical a recolher	43.271	10.350
Contribuição assistencial a recolher	26.648	-
Outros	384	993
<b>Total</b>	<b>1.600.380</b>	<b>1.081.850</b>

## 10. REPASSES PARA TERCEIROS

Os repasses para terceiros são referentes repasses para laboratório, serviços de imagem, serviços de fisioterapias, serviços de fonoaudiologia e próteses.

## 11. REPASSES MÉDICOS

Os repasses médicos são referentes aos Serviços Médicos Prestados através dos Plantões Presenciais e a Distância das diversas clínicas de especialidades e também Serviços Médicos no Pronto Socorro (Plantonistas).

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>No. Parcelas</u>	<u>Venc.</u>			<u>2019</u>	<u>2018</u>
			<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Conta Garantida			197.830		197.830	
Caixa Econômica Federal	60/120	2024/29	1.324.754	8.728.923	10.053.677	6.035.384
(-)Juros a incorrer			(486.467)	(3.477.811)	(3.964.278)	(2.315.384)
<b>Total</b>			<b>1.036.117</b>	<b>5.251.112</b>	<b>6.287.229</b>	<b>3.720.000</b>

Durante o exercício de 2019 a Administração da Entidade renegociou os empréstimos, proporcionando redução da taxa de juros de 1,79% a.m. para 0,72% a.m. e alongando o prazo de vencimento para 2024 e 2029.

## 13. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

<u>Descrição</u>	<u>No. Parcelas</u>	<u>Venc.</u>			<u>2019</u>	<u>2018</u>
			<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Receita Federal	60	2024	126.044	441.152	567.196	-
(-)Juros a incorrer			(22.880)	(80.079)	(102.959)	-
Sindicato da Saúde	25	2022	20.000	30.000	50.000	-
(-)Juros a incorrer			(2.262)	(3.393)	(5.655)	-
<b>Total</b>			<b>120.902</b>	<b>387.680</b>	<b>508.582</b>	<b>-</b>

## 14. RECEITAS DIFERIDAS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de aquisição de estoques e imobilizados nos moldes da NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas diferidas – passivo circulante	424.669	391.847
Receitas diferidas – passivo não circulante	1.262.250	1.381.769
<b>Total</b>	<b>1.686.919</b>	<b>1.773.616</b>





CNPJ 43.464.197-0001-22  
Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº 1.131/85  
Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº 1.171  
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº 16.595 de 04/02/61  
Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº 435 de 25/08/62

Refere-se aos Termos Aditivos nº. 02/2012 e 03/2011 celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Santa Casa “Anna Cintra”, sendo transferido a título de auxílio para investimento em equipamentos para a “Nova Maternidade” e o “Centro Cirúrgico”, visando a execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Refere-se aos Convênios nos. 766576/2011, 748616/2010, 774451/2012, 765412/2011, 744779/2010, 810775/2014, 821243/2015, 848668/2017 e 852085/2017 celebrado entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, e o Termo Aditivo nº. 01/2014 Celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria Estadual da Saúde sendo transferido à título de Investimento e executado a totalidade destes recursos visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

## 15. PROJETOS A EXECUTAR

Os valores registrados no passivo decorrentes de “Projetos a executar” no montante de R\$ 573.590 (Em 2018 – R\$ 328.055) serão executados em 2020 para compra de materiais médico-hospitalares, medicamentos, materiais de consumo.

## 16. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A entidade responde por processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, perante diferentes tribunais. A Administração da entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 3.544.014.(Em 31 de dezembro de 2018 R\$ 3.679.844), contabilizados no passivo circulante e passivo não circulante, para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

## 17. SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS E DOAÇÕES

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a entidade recebeu subvenções e doações de órgãos públicos e privados, cujos valores contabilizados em receitas, estão assim demonstrados:

	2019	2018
<b>ESTADUAL</b>		
Secretaria Estadual de Saúde-Corujão	57.048	250.000
Verba Santa Casa Sustentáveis	967.653	1.034.760
Subvenção Pró Santas Casas 2	1.056.586	1.420.729
<b>Total</b>	<b>2.081.287</b>	<b>2.705.489</b>
<b>MUNICIPAL – Prefeitura Amparo</b>		
Custeio Prefeitura – SUS 2016	124.000	124.000
Custeio Prefeitura - 2019	2.040.000	-
<b>Total</b>	<b>2.164.000</b>	<b>124.000</b>
<b>OUTROS CONVÊNIOS</b>		
Pref. Municipal de S. Antonio da Posse/Socorro	482.700	405.321
<b>Total</b>	<b>482.700</b>	<b>405.321</b>



CNPJ 43.464.197-0001-22  
 Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
 Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº1.131/85  
 Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº1.171  
 Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
 Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº16.595 de 04/02/61  
 Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº435 de 25/08/62

### **Continuação:**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Realização receita ativo imobilizado	414.914	391.847
Doações de pessoas jurídicas e físicas	301.851	129.336
<b>Total</b>	<b>716.765</b>	<b>521.183</b>
<b>Total Geral</b>	<b>5.444.752</b>	<b>3.755.993</b>

Ocorreu aumento em 2019 em relação a 2018 decorrente repasse efetuado pela Prefeitura Municipal de Amparo no montante de R\$ 2.040.000 para verba destinada a custeio através dos Convênios números: 120/2019 e 215/2019.

### **18. SUBVENÇÕES – REPASSES MÉDICOS**

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a entidade recebeu subvenções – repasses médicos de órgãos públicos, cujos valores contabilizados em receitas, estão assim demonstrados:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Subvenção Municipal – Repasse Médico	5.142.959	6.142.954
<b>Total</b>	<b>5.142.959</b>	<b>6.142.954</b>

Os valores mencionados acima foram repassados, em sua totalidade durante o exercício de 2019 e de 2018, diretamente para os médicos, pois nessa operação a entidade é utilizada apenas como intermediária pelos órgãos públicos.

Ocorreu redução em relação a 2018 em decorrência de que no exercício de 2018 houve um aporte financeiro da Prefeitura Municipal de Amparo durante quatro meses perfazendo um montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O aporte retro mencionado foi alocado na sua totalidade para repasses médicos, ocorrendo aumento na rubrica Subvenção Municipal-Repasse Médico em relação a 2019.

### **19. TRABALHO VOLUNTÁRIO**

Durante os exercícios de 2019 e de 2018 a Entidade apurou valores de R\$ 267.182 e de R\$ 514.315, respectivamente decorrentes de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

### **20. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS**

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

### Exercício de 2019

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos R\$	Valores Aplicados em Despesas R\$	Saldo de Ativo com Restrição R\$	Saldo de Passivo com Restrição R\$
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	PRÓ SANTA CASA 2- CUSTEIO	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES E MATERIAS DE CONSUMO,	1.310.715	1.056.586	476.600	476.600
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	SANTAS CASAS SUSTENTÁVEIS	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE FARMÁCIA	967.626	967.653	92.035	92.035
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	CORUJÃO DA SAÚDE- EXAMES DE IMAGEM	RECURSOS DESTINADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM	57.048	52.092	4.955	4.955
MODALIDADE: CONVÊNIO Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO	SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO	RECURSOS DESTINADOS A AQUISIÇÃO MATERIAS DE CONSUMO	2.040.000	2.040.000	-	-
MODALIDADE: CONVÊNIO Órgão: Ministério da Saúde	INVESTIMENTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	RECURSOS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES:-CONVÊNIO 848668/17 E CONVÊNIO 852085/17	328.216	328.216	-	-
<b>Total</b>			<b>4.703.605</b>	<b>4.444.547</b>	<b>573.590</b>	<b>573.590</b>

### Exercício de 2018

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos R\$	Valores Aplicados em Despesas R\$	Saldo de Ativo com Restrição R\$	Saldo de Passivo com Restrição R\$
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	PRÓ SANTA CASA 2- CUSTEIO	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES E MATERIAS DE CONSUMO,	1.419.941	1.197.470	222.471	222.471
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	SANTAS CASAS SUSTENTÁVEIS	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE FARMÁCIA	1.095.426	1.003.364	92.062	92.062
Modalidade: CONVÊNIO Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	EMENDA PARLAMENTAR- CUSTEIO	RECURSOS DESTINADOS PARA CUSTEIO: AQUISIÇÃO DE MATS. DE CONSUMO, E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS	250.000	250.000	-	-
<b>Total</b>			<b>2.765.367</b>	<b>2.450.834</b>	<b>314.533</b>	<b>314.533</b>

## 21. RENÚNCIA FISCAL



CNPJ 43.464.197-0001-22  
Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº1.131/85  
Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº1.171  
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº16.595 de 04/02/61  
Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº435 de 25/08/62

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

## 22. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2019 e de 2018, correspondem aos montantes de R\$ 2.262.095 e de R\$ 2.377.032, respectivamente.

## 23. ATENDIMENTOS AO SUS – Portaria n.º 834 do Ministério da Saúde

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e decreto n.º 8.242/14, a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 70,13% (Em 2018 – 71,187%) de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 92,94% (Em 2018 – 80,78%) de pacientes SUS no total de atendimentos Ambulatoriais.

### Exercício de 2019

#### Internação

<b>Competência</b>	<b>SUS</b>	<b>Não SUS</b>	<b>% SUS</b>
	<b>Quantidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Internação</b>
Janeiro	1.053	404	72,27%
Fevereiro	616	356	63,37%
Março	921	356	72,12%
Abril	1.196	544	68,74%
Maió	1.241	580	68,15%
Junho	1.025	478	68,20%
Julho	1.232	489	71,59%
Agosto	1.116	409	73,18%
Setembro	1.072	406	72,55%
Outubro	816	346	70,22%
Novembro	904	407	68,95%
Dezembro	710	294	70,22%
<b>Total Geral</b>	<b>11.902</b>	<b>5.069</b>	<b>70,13%</b>

**Ambulatório:**

Competência	SUS	Não SUS	% SUS
	Quantidade	Quantidade	Ambulatório
Janeiro	7.005	935	88,22%
Fevereiro	7.781	683	91,93%
Março	9.988	456	95,63%
Abril	10.676	600	94,68%
Maio	8.290	742	91,78%
Junho	5.954	1.399	80,97%
Julho	6.042	426	93,41%
Agosto	7.326	328	95,71%
Setembro	8.429	554	93,83%
Outubro	9.727	416	95,90%
Novembro	6.784	353	95,05%
Dezembro	9.543	515	94,88%
<b>Total Geral</b>	<b>97.545</b>	<b>7.407</b>	<b>92,94%</b>

#### Exercício de 2018

##### Internação

Competência	SUS	Não SUS	% SUS
	Quantidade	Quantidade	Internação
Janeiro	885	597	59,72%
Fevereiro	677	481	58,46%
Março	1.083	526	67,31%
Abril	1.271	476	72,75%
Maio	1.080	585	64,85%
Junho	1.421	549	72,13%
Julho	956	423	69,33%
Agosto	1.357	423	76,24%
Setembro	1.397	358	79,60%
Outubro	815	345	70,26%
Novembro	1.302	319	80,32%
Dezembro	1.087	316	77,48%
<b>Total Geral</b>	<b>13.331</b>	<b>5.398</b>	<b>71,18%</b>

##### Ambulatório

Competência	SUS	Não SUS	% SUS
	Quantidade	Quantidade	Ambulatório
Janeiro	6.767	2.132	76,04%
Fevereiro	6.692	3.832	63,59%
Março	7.747	1.497	83,81%
Abril	7.949	1.915	80,59%
Maiο	8.163	2.081	79,69%
Junho	8.140	1.857	81,42%
Julho	7.864	1.755	81,75%
Agosto	8.180	1.610	83,55%
Setembro	8.986	1.516	85,56%
Outubro	8.636	1.327	86,68%
Novembro	8.036	1.306	86,02%
Dezembro	6.686	1.375	82,94%
<b>Total Geral</b>	<b>93.846</b>	<b>22.203</b>	<b>80,87%</b>

## 24. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 25. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros mantidos pela entidade são demonstrados abaixo:

Seguro	Seguradora	Vigência até	Valores LMG
Incêndio/Raio/Explosão	Caixa Seguradora	10/08/2020	18.000.000
Vendaval/Fumaça e Queda	Caixa Seguradora	10/08/2020	1.250.000
Dias de Paralisação	Caixa Seguradora	10/08/2020	500.000
Danos Elétricos	Caixa Seguradora	10/08/2020	400.000
Disp. Recompos. Regs.e Doctos	Caixa Seguradora	10/08/2020	10.000
Quebra de Vidros	Caixa Seguradora	10/08/2020	10.000
RC-Propr. e Locat. Imóveis	Caixa Seguradora	10/08/2020	200.000
<b>Total</b>			<b>20.370.000</b>



CNPJ 43.464.197-0001-22  
Registrada no Conselho Nacional de Serviço sob nº 6.986/38  
Registrada no Conselho Est. de Auxílios e Subvenções sob nº 1.131/85  
Registrada no Conselho Regional de Medicina sob o nº 1.171  
Declarada de Utilidade Pública Federal – Decreto 31/12/91 D.O.U 03/01/92  
Declarada de Utilidade Pública Estadual – Decreto nº 16.595 de 04/02/61  
Declara de Utilidade Pública Municipal – lei nº 435 de 25/08/62

## **26. MUDANÇA DE CRITÉRIO CONTÁBIL**

Durante exercício de 2019 a entidade alterou a forma de contabilização e execução dos repasses médicos da seguinte forma:

Até o exercício de 2018 era contabilizado o valor de repasses das produções médicas (SUS e Convênios) na rubrica repasse médicos a receber (ativo) e repasse médicos a pagar (passivo), sendo que na receita contabilizava-se somente o valor que era destinado a Santa Casa. No exercício de 2019 a Comissão de Intervenção da Prefeitura Municipal de Amparo em negociação com os médicos que prestam serviço na Santa Casa suspendeu os repasses das produções médicas (SUS e Convênios). Através desta mudança o valor ora contabilizado para repasses médicos produção foi destinado para conta de receita da Santa Casa, perfazendo um total em 2019 de R\$ 810.915,98 (oitocentos e dez mil, novecentos e quinze reais e noventa e oito centavos) colaborando no aumento do total das receitas de 2019, conforme a Mudança de Critério na Contabilização autorizado pela Comissão de Intervenção da Prefeitura Municipal de Amparo.